

MAPEAR O POVOAMENTO ESTREMENHO DO 4.º E 3.º MILÉNIOS a.C.: UM CASO DE ESTUDO E ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE OS PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Ana Catarina Sousa*

1. CONCEITOS E PRÁTICAS DE ANÁLISE TERRITORIAL

Reflectir sobre o povoamento pré-histórico da Estremadura requer naturalmente um exercício de desconstrução da informação disponível. Numa perspectiva exclusivamente “territorial”, procura-se aqui analisar o processo de pesquisa que configura a imagem que actualmente possuímos para o povoamento dos 4.º e 3.º milénios na Estremadura.

A generalidade dos sítios neolíticos e calcolíticos identificados na Estremadura correspondem maioritariamente a intervenções pontuais e isoladas, sem existir uma metodologia específica de pesquisa territorial. Este cenário reflecte a própria história do pensamento e praxis arqueológica, uma vez que a prospecção foi secundarizada durante o século XIX e na primeira metade do século XX, considerada como actividade menor na generalidade da Arqueologia Ocidental. Quer a arqueologia processual quer a arqueologia marxista introduziram novas abordagens à análise territorial, como os métodos de prospecção sistemática e a valorização da arqueologia espacial (RUIZ ZAPATERO, 1997), prosseguindo-se esta abordagem com a arqueologia pós-processual, no seio da chamada Arqueologia da Paisagem.

Em Portugal verificou-se a introdução da leitura territorial no discurso arqueológico (GONÇALVES & DAVEAU, 1985; GONÇALVES, 1989); mas apesar dessas novas abordagens, não existiu uma alteração global na metodologia de prospecção que praticamente não é referida na bibliografia. Em termos genéricos, podemos assim considerar que a prospecção continuou de alguma forma a ser considerada como uma etapa prévia para a escavação, não uma ferramenta de *per se*.

Com a aplicação das primeiras ferramentas de ordenamento territorial (Cartas Arqueológicas Nacionais e Municipais) e com os primeiros estudos de impacto ambiental, desenvolvem-se novas metodologias quer de prospecção quer de avaliação de impactos. Contudo, os novos contextos legais não foram acompanhados pela construção de um discurso teórico e pelo desenvolvimento de metodologias, como sucedeu por exemplo na vizinha Galiza (AMADO REINO *et al.*, 2002). O caso do Alqueva é sintomático da ausência de publicações e, aparentemente, da existência de muitas falhas nos trabalhos prévios de prospecção e avaliação patrimonial.

Face à (quase) ausência de metodologias definidas, o sucesso ou insucesso das prospecções é genericamente associado a “bons” e “maus” prospectores. Esta perspectiva casuística da prospecção apenas considera uma das variáveis na análise das acções de prospecção: a perícia das equipas de trabalho. Na realidade, podemos considerar um conjunto de factores que interagem no processo de formação e de identificação de

* Arqueóloga da Câmara Municipal de Mafra. Investigadora da UNIARQ. E-mail: sousa@campus.ul.pt

sítios arqueológicos: geo-arqueologia, tipo de ocupação arqueológica, processos pós-deposicionais, metodologias.

No que se refere às *características geo-arqueológicas* (topografia, geologia, clima) deparamo-nos com um paradoxo: um sítio “identificável” ao nível da superfície pode corresponder a um contexto destruído e os sítios preservados podem estar “ocultos” à prospecção de superfície (FERDIÈRE, 2006).

O conceito de *Arqueologia da Paisagem* transcende a mera inventariação dos sítios arqueológicos, como vestígio fragmentado dos territórios passados, procurando reconstituir os espaços do passado, como construção social, mental de apropriação de um determinado território.

Numa perspectiva alargada, podemos questionar o próprio conceito de *sítio arqueológico*, o qual é usualmente adequado ao conceito de povoado, espartilhando outros registos arqueológicos. Numa perspectiva holística Paul Bahn refere: “Mas o que é exactamente uma estação do ponto de vista do arqueólogo? Basicamente, é qualquer ponto na paisagem com vestígios detectáveis na actividade humana (BAHN, 1996, p. 70) ou a leitura circunscrita de Feder “um sítio arqueológico é uma zona descontínua e delimitada onde seres humanos viveram, trabalharam ou aí tiveram qualquer actividade e onde indícios físicos resultantes dessas actividades podem ser recuperados por arqueólogos” (FEDER, 1997, p. 42). A própria definição de sítio arqueológico deverá ainda ser ajustada ao período cronológico em que se inserem e à área regional em que estão enquadrados, uma vez que existem especificidades em termos culturais e em termos de paisagem. Numa abordagem estritamente “doméstica” da ocupação humana de um determinado território, podemos especificar a presença de *sítios*, “locais onde são identificados mais materiais arqueológicos que na paisagem envolvente” (CARMAN, 1999, p. 23) e povoados, núcleos onde se concentram vestígios em posição original que testemunham uma ocupação bem determinada no tempo. Esta separação é bem mais clara na separação anglo-saxónica do “site” e “settlement”. (CARMAN, 1999). Numa perspectiva integrada da paisagem, para além dos “sítios” e dos “povoados” podemos ainda falar dos “não sítios” (conceito de *off site* e *near site*). Trata-se da compreensão que os materiais arqueológicos estão presentes na paisagem, que esta paisagem foi amplamente utilizada por comunidades com mobilidade, e que os seus vestígios materiais não se “cristalizaram” apenas em pontos circunscritos. A correcta classificação dos vestígios de superfície como sítio / povoado / ou *off site* apenas pode ser efectuada com trabalhos de escavação, circunstância que limita a análise a um universo muito mais reduzido.

Os *processos pós-deposicionais* podem também alterar a visibilidade do registo arqueológico ao nível da prospecção de superfície: agentes químicos (alterações climáticas por exemplo) e agentes mecânicos (ciclo erosivo e antropização do território) condicionam o tipo de sítio arqueológico detectável (BURILLO MOZOTA, 1997) e a vegetação pode limitar a sua detecção.

A interpretação dos dados das prospecções de superfície deve ainda ser matizada face à *metodologia utilizada*: prospecção não planificada, prospecção integral ou prospecção por amostragem. Para a área em questão não se encontra publicado qualquer projecto que contemple a “prospecção integral”, a qual terá cada vez mais expressão nas ferramentas de gestão territorial, como os Estudos de Impacto Ambiental. Apesar desta área registar uma intensa antropização, com grandes movimentações de terra efectuadas antes da obrigatoriedade legal do acompanhamento arqueológico, ainda podemos considerar que no final do século XX e sobretudo no século XXI, os projectos de minimização de impactes são actualmente a principal “fonte” de novos sítios, como se verá adiante para o caso da A21.

O mapeamento do povoamento alarga assim o seu âmbito a uma perspectiva global de intervenção arqueológica: prospecção de superfície e acompanhamento arqueológico de intervenções no subsolo.

Também se considera que a realização de projectos de investigação exclusivamente direccionados para âmbitos cronológicos específicos pode originar uma leitura condicionada para os modelos de implantação-tipo. Independentemente da escala de análise será necessário sempre partir do território como um todo histórico.

2. A INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA DO POVOAMENTO PRÉ-HISTÓRICO ESTREMENHO

O carácter centenário das pesquisas efectuadas na Estremadura remete-nos frequentemente para a “estória” da Pré-História. Mapear o povoamento dos 4.º e 3.º milénios estremenhos é assim também uma reconstituição das histórias das pesquisas, tarefa que tem surgido frequentemente nas páginas dos *Estudos Arqueológicos de Oeiras*.

O estudo e publicação de colecções antigas segundo metodologias modernas é ainda hoje uma das principais fontes de informação para esta área regional, particularmente no que se refere às necrópoles, como se pode verificar através da colecção «Cascais, Tempos Antigos», nomeadamente as monografias de Porto Covo e Poço Velho (GONÇALVES, 2008 e 2009).

As primeiras pesquisas “científicas” efectuadas na Estremadura não foram especialmente orientadas para a cartografia do povoamento pré-histórico. Contudo, em finais do século XIX, começou a esboçar-se uma primeira imagem do povoamento calcolítico em geral, e dos povoados fortificados em particular: Penedo do Lexim, Olelas, Leceia, Pragança e Rotura foram identificados ainda no século XIX e Columbeira, Chibanes, Outeiro de São Mamede e Outeiro da Assenta em inícios do século XX. A perspectiva “territorial” está contudo ausente da maior parte das investigações, estudando-se os sítios em termos monográficos. Estácio da Veiga e as “Antiguidades de Mafra” (VEIGA, 1879) constitui uma das excepções a esta prática, realizando-se então um estudo regional aturado que é ainda hoje uma base fundamental para a cartografia arqueológica de Mafra. Também os trabalhos da “Comissão Geológica” forneceram uma escala de leitura do povoamento bastante alargada, como indiciam as inúmeras recolhas de materiais depositados no Museu dos Serviços Geológicos (FERREIRA, 1982) e a cartografia de inúmeras pesquisas arqueológicas concentradas sobretudo na Estremadura e Ribatejo. A área estremenha beneficiou então da proximidade à capital. A situação manteve-se também em inícios do século XX, já com investigadores que actuavam numa perspectiva local/regional como Santos Rocha (ROCHA, 1907) e paralelamente com a intervenção de investigações na esfera do “Museu Etnológico Português” (PEREIRA, 1914, 1915; VASCONCELOS, 1917).

Esta investigação centenária corresponde ainda hoje à maior parte das ocorrências dos povoados fortificados estremenhos, o que pode indiciar a visibilidade arqueológica dos mesmos e eventualmente o desaparecimento prematuro de parte dos vestígios de povoamento contemporâneo face à intensa antropização desta área.

A chamada arqueologia “Estado Novo” coincide com uma fase de intervenção em alguns novos sítios, os quais se irão converter em paradigmas desta investigação. Assim, em 1932 efectuam-se os primeiros trabalhos no “Casal do Zambujal” e em 1936 iniciam-se as campanhas em Vila Nova de São Pedro. Durante este período, as investigações concentram-se exclusivamente nas intervenções arqueológicas, sendo escassas ou mesmo inexistentes as abordagens de carácter territorial. Apenas alguns estudiosos locais, como Leonel Trindade em Torres Vedras invertem esta tendência exclusivamente monográfica.

Com o pós 25 de Abril e a “democratização” da actividade arqueológica, o estudo do Calcolítico e dos povoados fortificados desloca-se da Estremadura para outras áreas regionais. Durante 90 anos as principais pesquisas em povoados calcolíticos foram centradas nesta região e, retomando um modelo explicativo desse período (GONÇALVES, 1989), podemos considerar que o “enxameamento” da actividade arqueológica decorreu na década de 70 e 80, com a detecção e escavação de povoados desta cronologia no Alentejo (Monte da Tumba, São Brás, Monte Novo dos Albardeiros) e Algarve (Santa Justa). A maior visibilidade dos terrenos no Sul do Tejo e o baixo índice de ocupação actual do solo, também fomentaram diversos estudos de povoamento (GONÇALVES *et al.*, 1992; SOARES & SILVA, 1992; CALADO, 1999).

Embora as pesquisas ainda tenham decorrido em Zambujal, Vila Nova de São Pedro e Leceia, são os novos dados do Sul de Portugal que vêm abrir o debate a novas perspectivas de leitura territorial. Paralelamente, a publicação de várias cartas arqueológicas para a área da Península de Lisboa (CARDOSO, 1991; CARDOSO &

CARDOSO, 1993) fornece uma leitura mais fina do povoamento, com a cartografia de ocorrências de diversa escala. A classificação dos dados de superfície de acordo com os conceitos de sítio atrás mencionados resulta contudo muito difícil, como pude analisar para o caso de Cascais (SOUSA, 2005), onde apesar de estarem cartografadas 57 novas estações arqueológicas neolíticas e calcolíticas, a imagem possível sobre o povoamento do 4.º e 3.º milénios em Cascais é ainda exclusivamente baseada nos sítios “clássicos” identificados sobretudo na primeira metade do século XX: Estoril, Murtal e Parede.

A actual profissionalização da Arqueologia, efectuada sobretudo após a criação do extinto Instituto Português de Arqueologia, veio alargar o leque das intervenções no território estremenho: projectos de investigação, acompanhamentos arqueológicos, estudos de impacto ambiental, escavações de emergência. No que se refere exclusivamente ao povoamento dos 4.º e 3.º milénios, apesar da existência de um aumento exponencial de intervenções, não podemos considerar que existe um reflexo directo no aumento de informação. Este desajuste evidencia a fragmentação dos inúmeros agentes que actuam num mesmo território: empresas, autarquias, universidades. Por outro lado, regista-se a inexistência de uma política de publicação “coerciva”, apesar da disponibilização de um local de publicação de “livre acesso” com a quase defunta Revista Portuguesa de Arqueologia. Ao nível dos projectos de investigação, um escasso conjunto de sítios “históricos” permanece em estudo (como Penedo do Lexim, Zambujal e Leceia), surgindo novos sítios em trabalhos de arqueologia preventiva (como Moita da Ladra, Lameiras, Casal Cordeiro 5, Encosta de Sant’Ana, Cova da Baleia ou Palácio dos Andrades). A informação resultante dos trabalhos de estudo de impacto ambiental e resultantes dos inúmeros acompanhamentos que actualmente se efectua neste território, infelizmente não se encontra suficientemente publicado, apenas registado nos Arquivos Institucionais da Arqueologia Portuguesa.

3. A RIBEIRA DE CHELEIROS COMO *CASE STUDY*

Face à longa história das pesquisas desta área regional, a micro-escala de análise configura-se como uma ferramenta essencial para a decomposição dos diversos factores que produzem a actual cartografia do povoamento: história das pesquisas, características geo-arqueológicas, alterações pós deposicionais.

Para o efeito, a área da Ribeira de Cheleiros, tem vindo a ser um *case study* para as minhas próprias pesquisas. Dez anos volvidos sobre a primeira análise efectuada (SOUSA, 1998) e face às múltiplas intervenções registadas nesta área, quer ao nível de projecto de investigação, carta arqueológica e arqueologia preventiva, é possível efectuar um balanço dos processos de pesquisa, aqui sumariamente apresentados e que integram a tese de doutoramento que tenho em conclusão.

3.1. *O Neolítico Final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*

A análise da área da Ribeira de Cheleiros efectuada aquando da realização de dissertação de mestrado (SOUSA, 1998) permitiu realizar um primeiro diagnóstico do sítio. Com a execução deste projecto, desenvolvido entre 1995 e 1997, compilou-se toda a informação dispersa em Museus e Arquivos, procedeu-se à realocização dos sítios referenciados em bibliografia, a par da recolha de alguma informação oral (SOUSA, 1998). Complementarmente, foi efectuada o estudo integral dos materiais arqueológicos e realizado trabalho de prospecção não sistemático.

Assim, podemos considerar genericamente que foram cumpridas as etapas preliminares de um projecto de prospecção: compilar documentação antiga e proceder à realocização dos sítios. Apesar de ter sido efectuada

alguma prospecção pontual, de natureza não sistemática, nenhum dos 12 sítios então cartografados foi identificado nesse contexto.

Estes trabalhos preliminares permitiram efectuar uma primeira proposta de evolução das pautas de povoamento entre o 4.º e o 3.º milénios. O primeiro diagnóstico do povoamento da Ribeira de Cheleiros indicava um vazio na margem esquerda, no actual concelho de Mafra. Este vazio de povoamento e a dificuldade de visibilidade do terreno indicava diversas hipóteses explicativas: distinto tipo de trabalho arqueológico efectuado em Mafra, contracção do povoamento ou processos de formação morfogenéticos (SOUSA, 1998).

3.2. Carta Arqueológica

A área da Ribeira de Cheleiros integra duas realidades administrativas que apresentam distintas histórias das pesquisas: Sintra e Mafra. A análise comparativa das duas realidades foi já apresentada (SOUSA, 1998), destacando-se aqui que, embora os novos trabalhos de prospecção se tenham centrado no desenvolvimento da Carta Arqueológica de Mafra, foram efectuados trabalhos de carácter não sistemático em Sintra, resultando da colaboração e troca de informação com a equipa do Museu Arqueológico de São Miguel de Odrinhas.

No âmbito da elaboração da Carta Arqueológica de Mafra, foram ainda efectuadas novas prospecções, desenvolvidas principalmente durante os anos de 2001, 2002 e 2005, alargando o âmbito geográfico e cronológico desta leitura.

Esta abordagem ampla permitiu obter novos ângulos de leitura, uma vez que, mesmo sítios, que segundo a bibliografia estavam classificados noutros âmbitos cronológicos, vieram revelar ocupações que genericamente podemos considerar “neolíticas”. Neste contexto foram identificados ou relocados seis novos sítios, incluindo locais que já tinham sido prospectados sem sucesso aquando da realização do estudo da Ribeira de Cheleiros.

Entre os projectos que vieram fornecer novos dados para a temática em análise, destaca-se a relocação de todas as ocorrências de recolhas de material de pedra lascada depositadas no Museu dos Serviços Geológicos. Ainda que alguns destes materiais tivessem sido já objecto de estudo (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1978), nunca se tinha efectuado a sua localização no terreno. A estratégia de localização dos sítios foi extremamente dificultada pelo carácter lacónico das identificações oitocentistas, que indicam orientações face a pontos de referência, sobretudo “vértices geodésicos”. Nas áreas mais rurais, com menor crescimento urbano foi possível identificar os possíveis locais onde se terão efectuado as recolhas (tal como Louriceira, Arrifana, Relva); noutras áreas, o coberto vegetal arbóreo e denso impedia qualquer tipo de localização (Murgeira, Caeiros) e em outros pontos, o crescimento urbano registado impede qualquer tipo de leitura (Ribamar, Igreja Nova, Moinho do Cuco, Alcainça). A taxa de sucesso nas identificações é, ainda assim, consideravelmente elevada, atingindo os 30,4%, num universo de 23 ocorrências extremamente lacónicas quanto à localização exacta.

Para estes sítios os dados de superfície são extremamente dispersos impedindo a sua classificação como *habitat* e estando ausentes os chamados fósseis indicadores que permitam a sua integração crono-cultural. João Luís Cardoso, a propósito do “Paleolítico do Complexo Vulcânico de Lisboa” (CARDOSO *et al.*, 1992) admite que se tratem de depósitos de superfície, aos quais não se pode atribuir verdadeiramente a designação de estação arqueológica: “distribuições delimitadas de material com posição estratigráfica bem definida” (CARDOSO, 2000, p. 46). Este autor apresenta uma explicação para este tipo de deposição: “Actuadas pela gravidade, as peças acumular-se-iam a meia encosta, enquanto nos morros afloravam as rochas dos substrato basáltico e, no fundo dos vales, os sedimentos finos cobrindo os níveis mais antigos contendo materiais paleolíticos: deste modo, todos os materiais estariam em posição derivada, ou seja, fora do contexto em que foram abandonados pelo homem

pré-histórico” (CARDOSO, 2000, p. 56). Embora alguns dos sítios de Mafra não se implantem em substrato geológico basáltico (apenas presente em Louriceira e Boavista), esta explicação é plausível.

As escavações efectuadas no sítio de Gonçalves, no âmbito da A21, permitem contudo questionar um conjunto de pressupostos obtidos através da informação de superfície (SOUZA & PEREIRA, 2005). As recolhas efectuadas neste sítio remontavam ao século XIX e foram atribuídas ao Paleolítico Médio (CARDOSO & ZBYSZEWSKI, 1978). Estando inserido na área de afectação da A21, foram efectuadas sondagens de diagnóstico no âmbito do RECAPE. Após a abertura de sondagens de malha aleatória foi identificada uma fossa e um fosso que deveriam integrar um povoado neolítico, estando presente pedra afeiçãoada, cerâmica manual e pedra lascada. Posteriormente foi efectuada uma escavação em área (296 m²), não se tendo verificado contudo a presença de quaisquer outras estruturas, registando-se níveis perturbados com abundantes materiais pré-históricos (neolíticos e paleolíticos) misturados com materiais de cronologia moderna.

3.3. O Projecto Lex Pov – O Penedo do Lexim e o povoamento do Neolítico Final e Calcolítico de Mafra

No âmbito do Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos (1998-2000 e 2002-2004) foram efectuadas prospecções sistemáticas na área envolvente ao Penedo do Lexim. Estas prospecções tiveram como objectivo o reconhecimento de pormenor da área de captação do Penedo do Lexim, sendo assim direccionadas para a reconstrução do território como um todo e não a identificação de sítios arqueológicos individualizados.

Entre os trabalhos desenvolvidos destacam-se os levantamentos geo-arqueológicos efectuados em parceria com Diego E. Angelucci e João Araújo Gomes, publicados parcialmente (ANGELUCCI, 2006; GOMES, 2006). Os trabalhos de prospecção abrangeram uma área aproximada de 20 km² e permitiram a elaboração de um esboço geomorfológico, essencial para o correcto enquadramento espacial do Penedo do Lexim. Paralelamente procuraram-se áreas de aprovisionamento de matérias-primas para construção de estruturas (nomeadamente todas as estruturas construídas em calcário) e o fabrico de utensilagem comum (tal como dormentes, moventes e percutores), artefactos que usualmente correspondem a uma captação imediata.

Para além desta perspectiva geo-arqueológica foram também identificados alguns novos sítios arqueológicos, tais como o sítio de Marreiros (GOMES, 2006), identificado no decurso da elaboração do esboço geomorfológico. De igual forma, foi efectuado um levantamento de pormenor do entorno do Penedo do Lexim, procurando-se detectar os limites do sítio e identificando-se os núcleos designados por Lexim 2 e Lexim 3 (SOUZA, 2002). Os trabalhos de prospecção incluíram ambas as margens da Ribeira de Cheleiros, nos actuais concelhos de Mafra e de Sintra (Fig. 1 e Fig. 2).

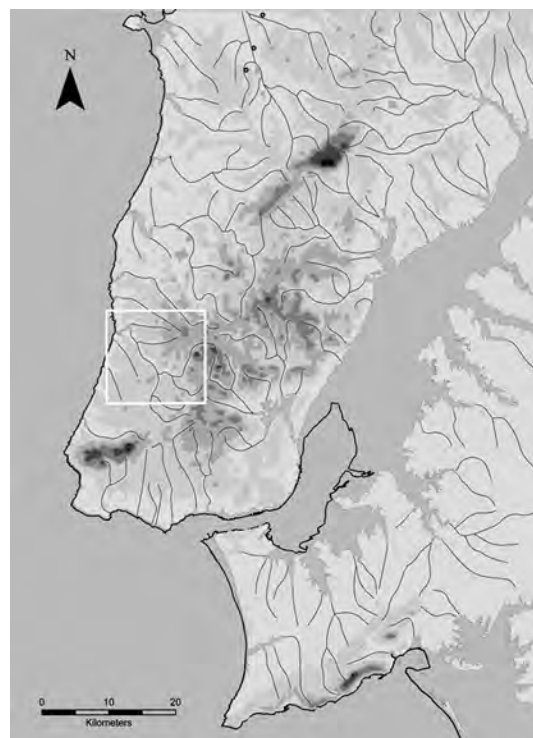


Fig. 1 – Implantação da área de estudo na Península de Lisboa.



Fig 2 – Localização dos sítios do 4.º e 3.º milénios na Ribeira de Cheleiros (base cartográfica 1: 25 000).

3.4. Minimização de impactos arqueológicos. Acompanhamento e prospecção

A partir de 2004, os trabalhos de terreno foram direccionados para uma área muito circunscrita e com uma metodologia completamente distinta: o traçado da via rodoviária e ligações adjacentes A21.

A coordenação de todo o processo de acompanhamento arqueológico permitiu uma leitura integrada da informação e dos limites da prospecção de superfície na Estremadura portuguesa e, em particular, no actual concelho de Mafra. Os trabalhos arqueológicos envolveram a fase de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental, a execução das prospecções para a fase de RECAPE, a fase de acompanhamento de obra e as escavações arqueológicas subsequentes.

A continuidade da mesma equipa em todas as fases do projecto, o conhecimento do terreno e das especificidades locais, decerto contribuiu para que este projecto correspondesse a uma verdadeira revolução no panorama arqueológico de Mafra (SOUSA, 2008).

Os trabalhos de prospecção foram sistemáticos e integrais. Em fase de Estudo de Impacto Ambiental estes estudos foram direccionados para as áreas mais “sensíveis”, ou seja, aqueles onde existiam mais indicadores (referências bibliográficas, colecções de materiais em museus). Em fase de RECAPE a prospecção foi integral. As condições de visibilidade do terreno eram reduzidas, resultando apenas em quatro ocorrências que foram previamente objecto de sondagens de diagnóstico. Dos sítios referenciados apenas um era inédito, dois deles reportavam a referências bibliográficas de sítios que não tinham sido detectados no terreno e apenas Gonçalves, já descrito acima, correspondia a um sítio da bibliografia identificado no terreno. Foi justamente este o único “sítio” confirmado pelas escavações arqueológicas.

O panorama alterou-se radicalmente com a fase de acompanhamento de obra. No traçado de 21 km, onde apenas foram detectadas quatro ocorrências, a remoção de terras permitiu a identificação de 31 sítios arqueológicos, dos quais 26 foram escavados. Em termos estritamente numéricos podemos referir que, em média, foram intervenções 1,19 sítios por quilómetro, com uma média de 6,25 intervenções / ano (SOUSA, 2008).

Em relação ao tipo de implantação, a maior parte dos sítios identificados localizam-se em áreas de topo (num total de 13), seguindo-se as implantações em vale (7).

Estas localizações estão relacionadas com o traçado da obra, mas quando confrontamos os tipos de implantação com o estado de conservação, verifica-se que a maior parte dos sítios de topo se encontra em mau estado ou se trata de não-sítios. Ao invés, os sítios de implantação de vale encontram-se quase todos em muito bom estado de conservação.

Esta situação está relacionada com as dinâmicas de erosão da paisagem de Mafra, evidenciadas nos estudos geoarqueológicos (ANGELUCCI, 2006).

O reduzido número de sítios arqueológicos detectados nos topos (4 num conjunto de 30) pode ser explicada pela intensa erosão que se registou durante o período climático Atlântico, fazendo com que não se conservassem os vestígios de ocupação no topo dos cabeços, ficando a rocha à superfície. Apenas se preservam vestígios arqueológicos nos casos em que os afloramentos criam “barreiras sedimentares”, segurando os sedimentos, tal como sucedeu no Penedo do Lexim. Ao nível da A21 é particularmente significativo o caso de Cabeço de Palheiros 2. Neste local, as sondagens efectuadas no topo não revelaram quaisquer níveis preservados mas na encosta foram identificados materiais fragmentados *in situ*, devendo corresponder a escorrências da área de ocupação. Assim, na maior parte dos casos, as ocupações do topo desapareceram e apenas se conservam as áreas perímetro dos povoados.

Em termos gerais, podemos considerar que o período melhor representado é o Neolítico Final – Calcolítico (13 sítios – 54% do total). Esta maior representação da Pré-História poderá estar relacionada com a implantação do traçado, a meia encosta, não se privilegiando as implantações que, tradicionalmente, correspondem ao período romano.

As 13 ocorrências de sítios “pré-históricos” (neolíticos e calcolíticos) identificados à superfície correspondem a 6 contextos de *off site* ou de *near site*, em que os materiais arqueológicos surgiram apenas à superfície, não se conservando quaisquer níveis de ocupação ou estruturas. Apesar disso, a nova informação propiciada por estes trabalhos é muito importante, colmatando vazios em áreas geográficas cuja visibilidade de terrenos à superfície é reduzida e permitindo leituras de continuidade em fases cronológicas que se encontravam insuficientemente caracterizadas.

3.5. Métodos em análise: a avaliação da amostra

Os distintos métodos de pesquisa efectuados na Ribeira de Cheleiros (prospecção, sondagens, escavação, acompanhamento) reuniram um conjunto muito diferenciado de dados de difícil harmonização.

Na realidade, o conceito de “sítio arqueológico” é de alguma forma redutor, identificando-se maioritariamente com a designação de “povoado” (CHAPA *et al.*, 2003). Mais do que o significado ontológico do tipo de ocupação, a classificação utilizada usualmente é baseada na visibilidade da ocupação, destacando-se claramente as áreas residenciais: “el asentamiento (...) al ser el lugar de residencia de las comunidades humanas, es donde se llevan a cabo mayor número y variedad de actividades y, por tanto, queda una huella arqueológica más palpable” (CHAPA *et al.*, 2003, p. 14).

Apesar do artificialismo da divisão, optou-se por distintas classificações do conjunto de vestígios em análise:

- Povoado: designado como lugar de ocupação permanente / semi-permanente, com estruturas domésticas e níveis preservados.
- Habitat: vestígio de área de ocupação de classificação indeterminada. Pode corresponder a contextos secundários, a locais especializados ou a sítios de uso temporário.
- Sítio especializado: local onde se realizaram actividades especializadas, de carácter não residencial.
- Achado isolado.

A atribuição da designação genérica de povoado poderia ainda ser alvo de uma objectivação: aldeia, povoação ou unidade rural económica mínima (quinta ou casal), são apresentadas como hipóteses de trabalho para interpretar o sítio de Corte João Marques (GONÇALVES, 1989, p. 162).

Para além destas referências, refira-se ainda os contextos de necrópole, com as designações clássicas do megalitismo estremenho (GONÇALVES, 2005): antas, *tholoi*, grutas artificiais e grutas naturais.

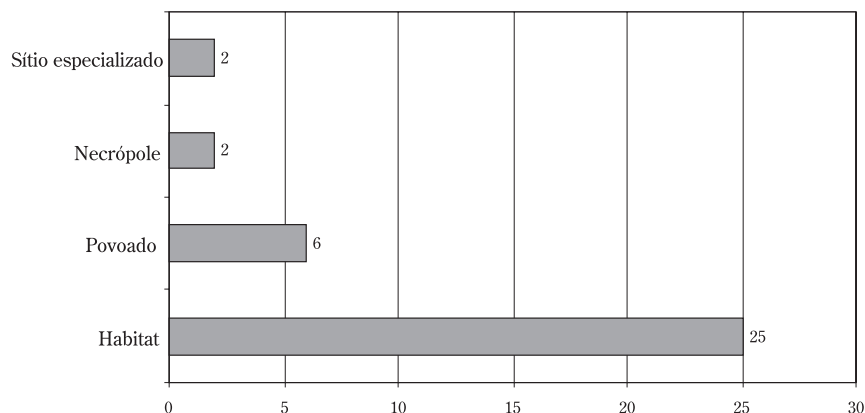


Fig. 3 – Ribeira de Cheleiros: tipo de sítios identificados

Em termos gerais, a atribuição da designação “povoado” versus “habitat” apenas pode ser efectuada através de escavações. Face a estas limitações, o número de habitats deverá naturalmente estar sobrevalorizado, uma vez que cerca de 41% dos sítios foram apenas identificados ao nível da superfície.

Em relação às necrópoles, os dados disponíveis parecem indicar que se encontram subrepresentadas nesta unidade de paisagem. Esta quase ausência dos espaços da morte é um reflexo natural da dificuldade de identificação, ainda que possamos de alguma forma considerar a existência de concentrações de áreas e de tipos de sepulcros (BOAVENTURA, no prelo).

O ritmo das pesquisas e de “descobertas” foi realmente descontínuo, embora possamos de alguma forma identificar uma fase dos “pioneiros”, correspondendo aos trabalhos de Estácio da Veiga e Carlos Ribeiro em finais do século XIX. A esta fase inicial segue-se um vazio que é apenas interrompido a partir de meados do século XX pelos Serviços Geológicos de Portugal (nomeadamente para o estudo das necrópoles e povoados de Sintra) e pelo trabalho de Eduardo da Cunha Serrão, que desenvolveram escavações em povoados (Negrais e Olelas). O novo fluxo de pesquisa surge em finais dos anos 70, inícios dos anos 80, data de criação do Gabinete de Arqueologia e Património de Sintra. Em termos globais foi este o universo que estudei em 1996 aquando da realização da tese de dissertação de mestrado.

Volidos 10 anos, o número de sítios arqueológicos duplicou (de 12 para 35) e aumentou exponencialmente o conjunto de sítios escavados. Esta subida da actividade arqueológica reflecte o ritmo das pesquisas após a criação do Instituto Português de Arqueologia e da publicação de legislação específica. Dos 16 sítios escavados, apenas a intervenção no Penedo do Lexim se integrou num programa de investigação, sendo as restantes intervenções do âmbito da arqueologia de salvamento.

Apesar dos trabalhos desenvolvidos na última década não resultarem de uma agenda concertada e programada, podemos de facto considerar que aumentou a informação disponível quer em termos quantitativos quer em termos qualitativos. O desenrolar dos trabalhos na margem esquerda da Ribeira de Cheleiros tem confirmado que, de facto, esta área não foi “terra de ninguém”: actualmente registam-se 24 ocorrências no actual concelho de Mafra face aos 11 sítios registados no concelho de Sintra. Deve ser destacado que as novas ocorrências no actual concelho de Mafra correspondem maioritariamente a detecções no decurso de acompanhamento de obra (10), em sítios completamente invisíveis ao nível dos trabalhos de superfície.

Quadro 1 – Sítios neolíticos e calcolíticos da área da Ribeira de Cheleiros assinalados na Fig. 2.

Nº	Sítio	Tipo de identificação	Intervenções	Data identificação
1	Casal Cordeiro 5	Acompanhamento	Escavação	2006
2	Mil Regos	Prospecção		1975
3	Casal Barril	Acompanhamento	Escavação	2006
4	Quinta dos Loureiros	Prospecção		2001
5	Casal Cordeiro 2	Acompanhamento		2006
6	Casal Romeirão	Prospecção		1999
7	Casal Cordeiro 4	Acompanhamento		2006
8	Casas Velhas	Prospecção		1995
9	Quintal 1	Acompanhamento	Sondagens	2005
10	Sobreiro	Acompanhamento	Sondagens	2005
11	Gonçalvinhos	Prospecção	Escavação	2004
12	Cabeço dos Palheiros 2	Acompanhamento	Sondagens	2005
13	Sopé Cabecinho da Capitôa	Acompanhamento	Sondagens	2006
14	Louriceira	Prospecção		2004
15	Marreiros	Prospecção		2005
16	Cartaxos	Prospecção		1982
17	Alvarinhos	Prospecção		2003
18	Funchal	Prospecção		1990
19	Barreira	Prospecção		1978
20	Odrinhas	Prospecção		1978
21	Penedo do Lexim	Prospecção	Escavação	1879
22	Anços	Prospecção		1997
23	Serra do Pipo 2	Acompanhamento	Sondagens	2006
24	Serra do Pipo 1	Acompanhamento	Sondagens	2006
25	Cabecinho da Capitôa 2	Acompanhamento	Sondagens	2006
26	Moinho do Quintal	Prospecção		2004
27	Cova da Baleia	Acompanhamento	Escavação	2007
28	Folha das Barradas	“Acompanhamento”	Escavação	1879
30	Faião	Prospecção		2006

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO REINO, X.; BARREIRO MARTÍNEZ, D.; CRIADO BOADO, F. & MARTÍNEZ LÓPEZ, M. C. (2002) – Especificaciones para una gestión integral del Impacto desde la Arqueología del paisaje. *TAPA – Traballos de Arqueoloxia e Patrimonio*. Santiago de Compostela, 26.
- ANGELUCCI, D. E. (2006) – O Penedo do Lexim: Aspectos geológicos e geomorfológicos. *Boletim Cultural 2005*. Mafra.
- BOAVENTURA, R. (no prelo) – O megalitismo na região de Lisboa: as antas. In GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C., *Transformação e mudança no centro e sul de Portugal*. *Actas do Colóquio Internacional (Cascais, 2005)*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- BRUCK, J.; GOODMAN, M. (1999) – *Making places in the prehistoric world: themes in settlement archeology*. London: UCL Press.
- BURILLO MOZOTA, F. (1997) – Prospección arqueológica y geoarqueología. In *La prospección arqueológica*. *Actas del II Encuentro sobre Arqueología y Patrimonio*. Granada, p. 117-132.
- CALADO, M. (2001) – *Da Serra d'Ossa ao Guadiana. Um estudo de pré-história regional*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia [Trabalhos de Arqueologia, 19].
- CARDOSO, G. (1991) – *Carta Arqueológica de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal. 111 p.
- CARDOSO, J. L. (2000) *Sítios, pedras e homens. Trinta anos de arqueologia em Oeiras*. Oeiras: Câmara Municipal.
- CARDOSO, J. L. & CARDOSO, G. (1993) – *Carta Arqueológica do Concelho de Oeiras*. Estudos Arqueológicos de Oeiras. Oeiras, 4.
- CARDOSO, J. L.; ZBYSZEWSKI, G. & ANDRÉ, M. C. (1992) – O Paleolítico do Complexo Basáltico de Lisboa. *Estudos Arqueológicos de Oeiras*. Oeiras, 3.
- CARMAN, J. (1999) – Settling in sites: constraining concepts. In BRUCK, J. & GOODMAN, M., ed. *Making places in the prehistoric world*. London: University College London, p. 20-30.
- CHAPA BRUNET, T.; URIARTE GONZALEZ, A.; VICENT GARCIA, J. M.; MAYORAL HERRERA, V. & PEREIRA SIESO, A. (2003) – Propuesta metodologica para una prospección arqueologica sistemática: el caso del Guadiana menor (Jaén, España). *Trabajos de Prehistoria*. Madrid. 60, 1, p. 11-34.
- COSTA, A. I. M. (1906) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11, p. 40-50.
- COSTA, A. I. M. (1910) – Estações pré-históricas dos arredores de Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 15, p. 55-83.
- FEDER, K. L. (1997) – Site Survey. In HESTER, T. H., FEDER, K. L. & SHAFER, H. J., *Field methods in Archeology*. Connecticut: Mayfield Publishing.
- FERDIÈRE, A., ed. (2006) – *La prospection*. Paris: Ed. Errance.
- FERREIRA, O. da V. (1982) – *Guia Descritivo da Sala de Arqueologia Pré-Histórica*. Lisboa: Museu dos Serviços Geológicos de Portugal.

- GOMES, J. A. (2006) – O Penedo do Lexim: uma leitura paleoambiental. *Boletim Cultural 2006*. Mafra, p. 360-398.
- GONÇALVES, V. S. (1989) – Megalitismo e Metalurgia no Alto Algarve Oriental. Lisboa: INIC/UNIARQ, 2 vols.
- GONÇALVES, V. S. (2005) – Cascais há 5000 anos. Cascais: Câmara Municipal. 221 p.
- GONÇALVES, V. S. (2008) – *A utilização pré-histórica da gruta de Porto Covo (Cascais)*. Coleção Cascais, Tempos Antigos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. S. (2009) – *As ocupações pré-históricas das furnas do Poço Velho*. Coleção Cascais, Tempos Antigos. Cascais: Câmara Municipal de Cascais.
- GONÇALVES, V. & DAVEAU, S. (1985) – A evolução holocénica do Vale do Sorraia e as particularidades da sua antropização (Neolítico e Calcolítico). In *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*. Lisboa: Grupo de Trabalho Português para o Estudo do Quaternário, 2, p. 187-197.
- GONÇALVES, V. S. & DINIZ, M. (1993-1994) – Na 2ª metade do século XIX: luzes e sombras sobre a institucionalização da Arqueologia em Portugal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 11/12, p. 175-187.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (1996) – Estácio da Veiga, Mafra e a sua Arqueologia. Estudo introdutório. In VEIGA, E. *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Ericeira: Mar de Letras. p. 5-35.
- GONÇALVES, V. S. & SOUSA, A. C. (2007) – Algumas breves reflexões a propósito de quatro datas ¹⁴C para o Castro da Rotura no contexto do 3.º milénio a.n.e. nas Penínsulas de Lisboa e Setúbal. *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série 4, 25, p. 233-266.
- GONÇALVES, V. S.; CALADO, M. & ROCHA, L. (1992) – Reguengos de Monsaraz: o antigo povoamento da Herdade do Esporão. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 391-412.
- PEREIRA, F. A. (1914) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 19, p. 135-146.
- PEREIRA, F. A. (1915) – Estação arqueológica do Outeiro da Assenta (Óbidos). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. 20, p. 107-115.
- RIBEIRO, Carlos (1878) – *Estudos prehistóricos em Portugal. 1- Notícia da estação humana de Licêa*. Academia Real das Ciências de Lisboa. (reedição). Estudos Arqueológicos de Oeiras 1 (1991). Notas e comentários de João Luís Cardoso. Oeiras: Câmara Municipal de Oeiras.
- ROCHA, A. S. (1907) – As grutas da Columbeira. *Boletim da Sociedade Arqueológica Santos Rocha*. Figueira da Foz. 1(4), p. 118-122.
- RUIZ ZAPATERO, G. (1997) – La prospección de superficie en la Arqueología española. *La Prospección Arqueológica. Actas de los Segundos Encuentros de Arqueología y Patrimonio (Salobreña, 1991)*. Exm.º Ayto. de Salobreña, p. 13-34.
- SIMÕES, T. & SOUSA, A. C. (1999) – As ocupações neolíticas em lapiás: o caso de Negrais (Sintra). *Saguntum*. Valência. Extra 2, p. 513-520. [Actes del II Congrès de Neolitic a la Peninsula Ibérica].

- SOARES, J. & SILVA, C. T. (1992) – Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9/10, p. 37-88.
- SOUSA, A. C. (1997) – O Penedo do Lexim e o Calcolítico da Ribeira de Cheleiros. Leituras (des)encontradas dos materiais arqueológicos no Museu Municipal de Mafra. *Boletim Cultural* 1996. Mafra, p. 207-220.
- SOUSA, A. C. (1998) – *O Neolítico final e o Calcolítico na área da Ribeira de Cheleiros*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia, 275 p. [Trabalhos de Arqueologia 11].
- SOUSA, A. C. (2003) – No sopé do Penedo do Lexim: Contextos e limites do povoado pré-histórico. *Boletim Cultural* 2002. Mafra, p. 205-209.
- SOUSA, A. C. (2003) – O Neolítico final do Penedo do Lexim (Mafra). In GONÇALVES, V. ed – *Muita gente, poucas antas*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia. [Trabalhos de Arqueologia 25].
- SOUSA, A. C. (2004) – Dinâmicas de povoamento nas comunidades do 4.º e 3.º milénios a.C. na área da Ribeira de Cheleiros (Mafra). In *Vivência Comunitária. História e problemáticas actuais O desafio educacional. Actas do V Curso de Verão da Ericeira*. Ericeira: Mar de Letras, p. 29-47.
- SOUSA, A. C. (2005) – Lugares dos vivos, redes de povoamento no 4.º e 3.º milénio a.n.e.: Cascais e o estuário do Tejo. In GONÇALVES, V. S. *Cascais há 5000 anos*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, p. 44-61.
- SOUSA, A. C. (2008) – Arqueologia na A21. Uma análise preliminar dos trabalhos arqueológicos 2004-2007. *Boletim Cultural*. Mafra, p. 411-498.
- SOUSA, A. C. & PEREIRA, C. (2005) – Fragmentos da ocupação antiga do concelho de Mafra. Gonçalves, caso exemplar? *Boletim Cultural* 2004. Mafra, p. 359-394.
- VASCONCELOS, J.L. (1917) – Arqueologia liceense. *O Arqueólogo Português*. 22, p. 203-206.
- VEIGA, S. P. M. Estácio da (1879) – *Antiguidades de Mafra ou relação arqueológica das características dos povos que senhoriaram aquele território antes da instituição da Monarquia Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Sciencias de Lisboa, 117 p.
- ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978). Achados antigos de Paleolítico na região de Mafra. *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*. Lisboa, 63, p. 611-629.